



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



Sexta-feira, 01 de Maio de 2026 | Ano VI, n.º 104 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Cooperação interinstitucional e capacitação para a protecção dos Defensores de Direitos Humanos



A Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) realizou, nos dias 24 e 25 de Março de 2026, na cidade de Nampula, o evento “Cooperação Interinstitucional e Capacitação para a Protecção dos Defensores de Direitos Humanos”. A iniciativa reuniu mais de 40 participantes, entre representantes da Polícia da República de Moçambique (PRM), do Ministério Público, do Tribunal Judicial da Cidade de Nampula, jornalistas, activistas, juristas, criadores de conteúdo digital e membros de organizações da sociedade civil. A actividade decorreu num contexto de crescente preocupação com a protecção do espaço cívico, a segurança de jornalistas e activistas e o reforço dos mecanismos institucionais de resposta a violações de direitos humanos.

O encontro contou com a presença de represen-

tantes de instituições de administração de justiça, nomeadamente a superintendente Dra. Fátima Bachir, em representação da PRM; o Procurador-Chefe da Província de Nampula, Dr. Valdimiro Macucute; a Juíza-Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Nampula, Dra. Stela Dimande; e a Juíza de Direito, Dra. Razia Manuel. A presença destas entidades, ao lado de Defensores de Direitos Humanos (DDH's) e profissionais da comunicação social, conferiu ao evento uma relevância institucional acrescida, sobretudo pela possibilidade de confronto directo entre experiências operacionais do sistema de justiça e percepções da sociedade civil.

O primeiro dia da actividade foi estruturado em torno do diálogo interinstitucional e da análise dos principais desafios enfrentados pelos DDH's em Moçambique. O painel inaugural assumiu particu-





lar relevância por ter sido composto por jornalistas de referência na província de Nampula e pelo coordenador do núcleo provincial da RMDDH, Gamito dos Santos Carlos. Participaram neste painel Félix da Esperança, Director Executivo do jornal Ngani, e Faizal Abudo, Director Executivo do jornal Rigor. As intervenções destes actores permitiram construir um diagnóstico directo sobre o estado da liberdade de expressão e de imprensa no contexto local.

As contribuições apresentadas evidenciaram a existência de um ambiente de vulnerabilidade crescente para jornalistas e activistas, caracterizado por ameaças, pressões e constrangimentos que afectam o exercício livre da actividade jornalística e da defesa de direitos humanos. Foi igualmente sublinhada a ausência de respostas institucionais suficientemente céleres e eficazes perante denúncias de violações, o que contribui para a fragilização da confiança entre cidadãos, imprensa e instituições do Estado. Para além disso, emergiram preocupações relacionadas com a morosidade processual nos tribunais e com a fraca articulação entre instituições do sistema de justiça, factores que continuam a comprometer o acesso efectivo à justiça. Do debate saiu a conclusão de que o ambiente vivido em Nampula reflecte fragilidades estruturais na cadeia de protecção dos direitos fundamentais, desde a denúncia até ao seu tratamento institucional. Este diagnóstico foi particularmente relevante por ter sido construído a partir da experiência directa de jornalistas e activistas que operam no terreno, permitindo uma leitura mais concreta das dinâmicas locais.

Ao longo do primeiro dia, e na sequência das intervenções dos diferentes participantes, a coordenadora nacional da RMDDH, Neide Martins, interveio para enquadrar o momento no contexto mais amplo da protecção do espaço cívico em Moçam-



bique, com particular atenção à realidade da província de Nampula. A RMDDH alertou ainda para sinais de maior fechamento do espaço cívico, dando como exemplo os riscos enfrentados por jornalistas e activistas, entre as quais o desaparecimento do jornalista Arlindo Chissale, o caso do activista Sismo Eduardo e episódios de ataques a plataformas de comunicação social. Estes exemplos foram apresentados como indicadores de um contexto que exige maior coordenação institucional e reforço dos mecanismos de prevenção e resposta, reiterando a visão de que DDH's e instituições do Estado devem actuar de forma articulada, enquanto "braços do mesmo corpo", orientados para a promoção e protecção da dignidade humana e do Estado de Direito, reforçando assim a necessidade de uma abordagem conjunta e sustentada.



Na sequência do painel, o debate evoluiu para uma análise mais institucional, com a intervenção da PRM, do MP e do Tribunal Judicial. Estas instituições apresentaram os seus mandatos constitucionais, instrumentos legais e mecanismos de actuação, esclarecendo procedimentos e limites da sua intervenção.

Importante abordagem institucional integrada para responder aos desafios dos DDH's

O painel das instituições do sistema de justiça foi conduzido pelo coordenador de programas do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), Issufo Chale.

Embora os mandatos das várias instituições envolvidas na defesa dos DDH's sejam claros no plano legal, persistem dificuldades na articulação prática entre instituições, sobretudo na passagem de informação, no seguimento de denúncias e na coordenação de respostas em casos que envolvem DDH's. Este desfasamento traduz-se numa percepção recorrente de fragmentação institucional e de falta de previsibilidade na resposta do sistema de justiça, especialmente por parte de jornalistas e activistas. Tal percepção não resulta apenas de falhas pontuais, mas de constrangimentos ligados à coordenação interinstitucional e à ausência de mecanismos regulares de comunicação com actores da sociedade civil e o Estado.

Ainda que as instituições tenham reconhecido a importância da cooperação com a sociedade civil e com os DDH's, sublinhando a necessidade de uma



abordagem integrada, ficou patente que essa cooperação continua a não estar institucionalizada de forma consistente. Em muitos casos, depende de iniciativas pontuais, contactos casuísticos ou espaços de diálogo não permanentes, o que limita a sua eficácia e continuidade.

Capacitação técnica em monitoria, análise e documentação de violações de direitos humanos



O segundo dia da actividade, 25 de Março, foi dedicado ao reforço das capacidades técnicas dos participantes, com enfoque na monitoria da situação dos direitos humanos, incluindo recolha, análise e documentação de casos de violação. Esta sessão contou com 38 participantes e foi facilitada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), parceiro técnico da iniciativa. Durante a formação, foram apresentados mecanismos nacionais e internacionais de protecção dos direitos humanos, bem como ferramentas práticas para o registo, sistematização e acompanhamento de casos. Durante a capacitação destacou-se a importância da produção rigorosa de informação como base para a denúncia, advocacia e eventual responsabilização institucional. Este aspecto é particularmente relevante num contexto em que a qualidade da documentação influencia directamente a eficácia das intervenções dos DDH's

A formação permitiu ainda alinhar metodologias de actuação entre os participantes, reforçando a consistência técnica na abordagem de casos de violação. Este alinhamento representa um resultado concreto da actividade, na medida em que contribui para a uniformização mínima de práticas num ecossistema caracterizado por elevada fragmentação.

De forma global, a actividade produziu três níveis de impacto. Em primeiro lugar, um impacto institucional, traduzido na aproximação entre actores do sistema de justiça e DDH's, com maior abertura para diálogo. Em segundo lugar, um impacto técnico, evidenciado pelo reforço de capacidades em monitoria e documentação de violações. Em terceiro lugar, um impacto relacional, marcado pela redução parcial de barreiras comunicacionais entre instituições e sociedade civil. Contudo, o encontro também revelou limitações significativas. A principal reside na ausência de mecanismos formais e



permanentes de cooperação interinstitucional, o que limita a sustentabilidade dos avanços alcançados. Outro constrangimento prende-se com a persistência de assimetrias de poder entre actores institucionais e não institucionais, que influenciam a forma como o diálogo é conduzido e os resultados são operacionalizados. O evento evidencia um movimento crescente de institucionalização do

discurso de protecção dos defensores de direitos humanos em Moçambique, acompanhado por um reforço gradual das capacidades técnicas da sociedade civil.

Esta actividade é realizada no âmbito do Projecto Pro-Cívico e Direitos Humanos, com financiamento da Embaixada da Finlândia, em cooperação com o projecto Cidadania Activa.





REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Almejamos um país livre e seguro para os Defensores dos Direitos Humanos, um ambiente favorável ao desenvolvimento das comunidades e ao envolvimento da juventude como potenciais Defensores dos Direitos Humanos.

We aspire to a nation where Human Rights defenders can operate freely and securely, fostering community development and empowering youth to become effective advocates for Human Rights.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: RMDDH
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



PROJECTO
Pro-Cívico &
Direitos Humanos

Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo - Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org [@RMDDH_Moz](https://twitter.com/RMDDH_Moz) [rmddh_moz](https://www.instagram.com/rmddh_moz)
 Facebook: [@RMDDHMoz](https://www.facebook.com/RMDDHMoz) redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **linkedIn**: [rmddh](https://www.linkedin.com/company/rmddh)